

A TRIBUNA

Publicado em 13/06/2022 - 10:22

Esperança para a revisão da vida toda

Revisão da vida toda do INSS pode ter reviravolta

Nova decisão do STF traz esperança para segurados

A decisão sobre a revisão da vida toda no Supremo Tribunal Federal caminha para um novo desfecho, dessa vez positivo aos aposentados do

INSS. Isso porque a Corte aprovou alteração em um procedimento que, na prática, impede a atuação de recém-empoadados em certos

processos, mantendo votos de ministros aposentados, como o de Marco Aurélio Mello, que havia sido a favor desta demanda. **B-3**

Esperança para a revisão da vida toda

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na última semana pode acarretar em desfecho positivo para os aposentados do INSS

CAIO PRATES

DO PORTAL PREVIDÊNCIA TOTAL

A decisão sobre a revisão da vida toda no Supremo Tribunal Federal (STF) caminha para um novo desfecho, dessa vez positivo aos aposentados do INSS. Isso porque a Corte Superior aprovou, na última quinta-feira, alteração em um procedimento que, na prática, impede a atuação dos ministros mais novos em determinados processos.

A mudança permite que votos de ministros aposentados proferidos no plenário virtual sejam aproveitados quando aquela ação for levada para o plenário presencial. A migração ocorre quando há um pedido de destaque. E no caso do processo da revisão da vida toda, o voto do ministro Marco Aurélio Mello, que se aposentou, continuaria válido e o placar do julgamento seria mantido em 6 a 5 a favor dos aposentados.

Assim, segundo o advogado especialista em Direito Previdenciário, João Badari, pode ocorrer uma reviravolta no processo envolvendo a revisão da vida toda, hoje parado na Suprema Corte.

"A decisão da maioria dos ministros do Supremo, 8 votos a 1, que seguiu a proposta do ministro Alexandre de Moraes, reacende a expectativa de aposentados do INSS terem o direito à revisão da vida toda, que inclui todas as contribuições previdenciárias no cálculo da aposentadoria, inclusive as anteriores a julho de 1994. Até então, em casos de pedido de destaque, o julgamento era reiniciado e os votos dos ministros aposentados se perdiam. O novo posicionamento deve mudar esse cenário".

PARALISAÇÃO

Badari ressalta que, no último mês de março, faltando poucos minutos para o final do julgamento que ocorria no plenário virtual, o ministro Kassio Nunes Marques, que tinha votado contra a revisão, fez um pedido de destaque.

"Todos os magistrados já tinham se manifestado e o placar estava em 6 a 5 a favor dos segurados. E o ministro Nunes Marques fez um surpreendente pedido de destaque para forçar a migração do processo para o plenário

físico. Assim, o voto do ministro Marco Aurélio Mello, que se aposentou, se perderia e André Mendonça, ministro novato, votaria no lugar dele. A migração causou uma reviravolta que beneficiou o Executivo".

A manobra de Nunes Marques poderia inviabilizar a revisão, mas com a nova decisão do Supremo, o papel de Mendonça será exclusivamente o de relator. Ele fica impedido de votar. "A esperança agora é

que o ministro Nunes Marques retire o pedido de destaque e os processos que estão parados à espera de uma decisão voltem a tramitar. Muitos aposentados já morreram no curso dessa ação, que não vai beneficiar a todos. Ela é restrita".

ESPERANÇA

Na visão do advogado Marco Aurélio Serau Junior, diretor científico do Ieprev, o novo posicionamento do Supremo sobre o pedido de

destaque deve favorecer os aposentados e pensionista do INSS. "O pedido de destaque em julgamento virtual, que impõe a remessa do processo ao plenário físico, deve ser compatibilizado com as demais regras do Código de Processo Civil. No caso concreto, creio que esse critério de julgamento será favorável para a manutenção

da tese fixada no Tema 1102, ou seja, a possibilidade da revisão da vida toda".

Ela não abrange a totalidade de aposentados no País. Trata-se de uma ação judicial na qual aposentados pedem que todas as suas contribuições ao INSS, inclusive as realizadas antes da criação do Plano Real, em 1994, sejam

consideradas no cálculo da média salarial para aumentar a renda previdenciária. A inclusão dos salários antigos na aposentadoria passou a ser pedida na Justiça para tentar corrigir uma distorção criada pela reforma da Previdência de 1999.

MAIS INFORMAÇÕES PELO SITE
WWW.PREVIDENCIA.TOTAL.CO.LIBR

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: B Página: 1-3